

Educação, Território e Ancestralidade: o protagonismo dos povos tradicionais no Bioma Pampa

Mariglei Dias de Lima[1]

José Guilherme Franco Gonzaga[2]

Círculo de Saber 03: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

Palavras-chave: Educação do Campo, Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, Escrevivências.

Introdução

O Bioma Pampa, presente no extremo sul do Brasil, constitui uma região de vasta biodiversidade, rica em recursos naturais e portadora de uma história marcada por múltiplas formas de ocupação humana. Apesar de sua relevância ecológica e cultural, o Pampa permanece historicamente invisibilizado nas políticas públicas e na produção acadêmica, sendo frequentemente reduzido a uma paisagem homogênea de campos naturais. Essa invisibilização se estende também aos povos e comunidades tradicionais que habitam a região, como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares, cuja existência e resistência têm sido fundamentais para a preservação do território.

Nas últimas décadas, a intensificação das atividades do agronegócio, da mineração e de empreendimentos de geração de energia eólica aprofundou os processos de degradação ambiental e de expropriação dos modos de vida tradicionais. Frente a esse cenário, emergem experiências coletivas de resistência e

[1] Mulher, Negra, Liderança Quilombola, Membro do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais , Licenciada em Educação do Campo, professora da Escola Básica do Campo e Quilombola - e-mail: Educação do Campo- Licenciatura. E-mail: marigleidias@yahoo.com

[2] Doutor em Educação, professor do Curso de Educação do Campo - Unipampa - e-mail: josegonzaga@unipampa.edu.br

organização política que buscam defender o território e afirmar a anc estralidade como fundamentos de re-existência.

Este artigo, baseado no TCC"A constituição e trajetória do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa" (Lima, 2025) de autoria da autora principal e orientado pelo coautor, tem como objetivo analisar o protagonismo dos povos tradicionais no Bioma Pampa, enfatizando as dimensões da educação, do território e da ancestralidade como eixos de resistência e de construção de alternativas diante dos modelos hegemônicos de desenvolvimento. O trabalho resulta de uma pesquisa qualitativa, de caráter participativo, que envolveu análise documental, registros de encontros e reuniões, além de narrativas orais de sujeitos envolvidos na constituição do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa.

A relevância deste estudo está em contribuir para a visibilidade das lutas e dos saberes desses povos, entendendo-os como sujeitos históricos que, ao defenderem seus territórios e modos de vida, também preservam o Bioma Pampa e constroem práticas educativas enraizadas na ancestralidade.

Fundamentação Teórica

A Educação do Campo se consolidou no Brasil como um campo político e pedagógico vinculado às lutas sociais do campesinato, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Diferente de uma educação rural adaptada às necessidades do capital, a Educação do Campo se propõe a ser um processo emancipatório, voltado à afirmação das identidades, ao fortalecimento dos territórios e à construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Nesse sentido, constitui-se como uma prática de resistência, pois reconhece a inseparabilidade entre educação, produção de vida e luta política. Ao articular saberes locais e conhecimentos científicos, a Educação do Campo amplia horizontes de emancipação, potencializando o protagonismo das comunidades, trazendo para o território como central para o debate educativo.



O conceito de território, compreendido não apenas como espaço físico, mas como lugar de vida, memória e identidade, é central para compreender as lutas dos povos tradicionais. O território do Pampa não se reduz ao espaço geográfico: ele é constituído pelas relações sociais, espirituais e culturais que nele se tecem. Nesse contexto, a ancestralidade emerge como dimensão política fundamental, pois sustenta os vínculos comunitários e reafirma a continuidade histórica das resistências.

A ancestralidade, portanto, não é apenas lembrança do passado, mas fonte de inspiração para o presente e horizonte de futuro. Nos quilombos, aldeias indígenas e comunidades de pescadores artesanais, a ancestralidade orienta práticas educativas, modos de produção e processos de organização política.

O protagonismo, no âmbito desta pesquisa, refere-se à capacidade dos povos tradicionais de se organizarem coletivamente para reivindicar direitos, formular propostas e construir alternativas em defesa do território e da vida. Esse protagonismo se manifesta na criação de espaços de articulação, como o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, que expressa a força da organização comunitária e a busca por reconhecimento diante das estruturas de poder que historicamente os marginalizam.

Ao afirmar sua voz e identidade, os povos tradicionais ressignificam a relação com o território, promovem práticas de re-existência e desafiam os discursos dominantes sobre desenvolvimento e progresso.

Onde nossos pés pisam

O Bioma Pampa abrange aproximadamente 63% do território do Rio Grande do Sul, estendendo-se também pelo Uruguai e pela Argentina. Sua paisagem predominante é formada por campos naturais, onde coexistem uma diversidade de espécies de flora e fauna adaptadas às condições climáticas da região. Além da



riqueza ecológica, o Pampa possui grande relevância sociocultural, pois é habitado por diferentes povos e comunidades tradicionais, que historicamente desenvolveram formas de convivência sustentável com o ambiente.

Apesar de sua importância, o Bioma Pampa foi por muito tempo invisibilizado nas políticas públicas ambientais, em comparação com outros biomas brasileiros. Essa invisibilidade contribuiu para o avanço de atividades predatórias, como o monocultivo de soja, a silvicultura de eucalipto e pinus, a pecuária intensiva, a mineração e, mais recentemente, os parques eólicos. Essas atividades têm provocado desequilíbrios ecológicos, degradação dos solos, contaminação das águas e perda da biodiversidade.

Com quem caminhamos, lutamos e aprendemos

No Pampa, vivem povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e outros grupos que mantêm modos de vida diretamente relacionados à terra, às águas e às práticas culturais ancestrais. Esses sujeitos, ao preservarem sementes crioulas, utilizarem plantas medicinais, praticarem a pesca artesanal e manterem rituais e tradições, contribuem para a manutenção da diversidade biológica e cultural do bioma.

A presença desses povos não se limita à resistência frente às ameaças externas: ela é também afirmativa, criadora de novos horizontes de futuro. Suas práticas educativas, baseadas na oralidade, na coletividade e na relação íntima com a natureza, oferecem contribuições fundamentais para pensar a educação em sentido amplo, vinculada à vida e ao território.

O Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

O Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa foi constituído como um espaço coletivo de articulação e representação política das comunidades tradicionais da região. Sua origem remonta a processos de mobilização que



buscaram dar visibilidade às demandas locais e enfrentar as violações de direitos provocadas pela expansão do agronegócio e da mineração.

O Comitê se caracteriza como um espaço democrático e plural, onde diferentes comunidades compartilham experiências, constroem estratégias de resistência e reivindicam políticas públicas específicas para o Bioma Pampa. Sua atuação envolve tanto a denúncia de injustiças quanto a proposição de alternativas, fortalecendo a identidade coletiva dos povos tradicionais.

Entre as ações do Comitê, destacam-se a realização de encontros, seminários e assembleias que possibilitam a troca de saberes e o fortalecimento das lutas territoriais. O Comitê também atua junto a órgãos governamentais e instituições de ensino, buscando reconhecimento e apoio para suas demandas.

Os desafios enfrentados incluem a dificuldade de acesso a recursos, a pouca visibilidade nos meios de comunicação e o enfrentamento constante a interesses econômicos poderosos. Ainda assim, o Comitê tem se mostrado um espaço fundamental para a resistência e a afirmação do protagonismo dos povos tradicionais no Pampa.

Educação, Território e Ancestralidade: como prática de emancipação

As experiências educativas desenvolvidas no âmbito dos povos tradicionais do Pampa revelam que a educação não pode ser reduzida a processos escolares formais, mas deve ser compreendida em sua dimensão comunitária, cultural e política. A Educação do Campo, nesse contexto, surge como uma possibilidade de construir processos formativos comprometidos com a realidade local, valorizando saberes ancestrais e articulando-os com conhecimentos científicos.

O território, no Pampa, não é apenas o espaço físico de produção, mas o lugar onde se constroem identidades, memórias e formas de resistência. A luta pelo território é, portanto, uma luta pela vida, pela dignidade e pela continuidade histórica das comunidades. Reconhecer o território como espaço educativo significa

compreender que os processos de formação acontecem na relação cotidiana com a terra, com a água e com as práticas culturais.

A ancestralidade, longe de ser uma referência ao passado, constitui-se como horizonte de futuro. Ela se manifesta nas narrativas orais, nos rituais, nas práticas agrícolas e na espiritualidade dos povos tradicionais, orientando suas escolhas e resistências. Incorporar a ancestralidade como dimensão educativa significa valorizar memórias coletivas, reafirmar identidades e projetar futuros possíveis para o Pampa.

Conclusão

O protagonismo dos povos tradicionais no Bioma Pampa revela a força da ancestralidade e do território como fundamentos políticos e educativos. Frente às ameaças impostas por projetos desenvolvimentistas que priorizam o lucro em detrimento da vida, essas comunidades constroem alternativas de resistência e re-existência.

O Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, ao reunir diferentes sujeitos e fortalecer sua voz coletiva, representa uma experiência emblemática de organização política e de defesa do bioma. Mais do que resistir, essas comunidades afirmam modos de vida que preservam a biodiversidade, produzem alimentos saudáveis, mantêm a memória coletiva e contribuem para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e ambiental.

Assim, reafirma-se que a defesa do Pampa passa necessariamente pelo reconhecimento e pelo fortalecimento do protagonismo dos povos tradicionais. É a partir da educação, do território e da ancestralidade que se pode vislumbrar um futuro em que a vida, em toda sua diversidade, seja colocada no centro.

Referências bibliográficas

LIMA, Mariglei Dias de. A constituição e trajetória do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. 2025. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso



(Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, 2025.